

Marcílio já prevê negociação difícil com o Clube de Paris

* 5 FEV 1992

Dinda Est

Arnildo Schulz 30.07.91

Paris — O Brasil está preparado para enfrentar dificuldades nas negociações com o Clube de Paris, quando deverá reescalonar sua dívida externa com os credores públicos. O próprio ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, prevê que “essa não será uma negociação fácil”, após ter mantido encontros com o seu colega da economia, o ministro francês, Pierre Berégovoy, e com o presidente do “Clube de Paris”, Jean Claude Trichet. A proposta brasileira será oficializada no próximo dia 14, mas por enquanto o ministro da Economia não quer revelar seus principais pontos em consideração aos credores britânicos e alemães, com quem se reunirá hoje e amanhã, em Londres e Bonn.

Como se sabe, os credores do Clube já haviam feito reclamações quando da passagem por Paris do presidente do Banco Central, Francisco Gros, descontentes com o tratamento discriminatório do gover-

no brasileiro, privilegiando os credores comerciais em detrimento dos públicos. Por isso, o ministro Marcílio revelou que seu objetivo agora “é manter uma simetria de tratamento entre os setores privado e público”. Ele já havia repetido isso ao presidente do “Clube de Paris” com quem havia se avistado em Davos, na Suíça, e ao presidente do Banco da França, Jacques de Larosiere, seu último encontro na tarde de ontem em Paris.

O ministro procurou explicar o pagamento de 30% sobre os juros aos bancos comerciais dizendo que se tratavam de taxas bem mais baixas, convencido que seus interlocutores entenderam a posição brasileira. Ele deixou Paris satisfeito com o resultado de suas conversas e com as reações positivas de seus interlocutores, as autoridades monetárias francesas, acreditando não apenas no seu apoio, mas também na promessa de que elas vão agir junto a outros parcei-

ros eventualmente mais reticentes.

O Brasil vai se apresentar diante de seus credores representado, segundo Marcílio, muito provavelmente pelo presidente do Banco Central, Francisco Gros, e também por Pedro Mallan e Armínio Fraga, diretor da área externa do Banco Central com uma postura muito mais pragmática. Mesmo não revelando detalhes da proposta, Marcílio diz que o Brasil reivindica taxas de juros mais baixas e prazos mais longos, entre 18 e 20 anos, mas não existe nenhuma proposta de desconto da dívida, como foi o caso da Polônia que obteve uma redução de 50% de sua dívida pública, tendo acrescentado: “É claro que com prazos de 18 a 20 anos, o valor real da dívida será reduzido de fato em relação a seu valor atual”. Para Marcílio a meta é a redução do serviço da dívida através do reescalonamento dos juros e principal. (Realí JR, da AE)



Marcílio se acha “preparado”